



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMONIO**

**EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP**

**EDITAL 060/2022**

**CONCURSO PÚBLICO Nº 719 – GUARDA MUNICIPAL**

**Processo nº 22.0.000075847-0**

**Anexo II – Retificação do Anexo III – Conteúdos Programáticos do Edital de Abertura 058/2022**

**1. Retifica o Anexo III – Conteúdos Programáticos, do Edital de Abertura, quanto a disciplina de Conhecimentos Específicos, conforme segue:**

**1.1. ONDE SE LÊ:**

**Programas de Prova:**

**DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL:** Estatuto Nacional da Igualdade Racial - Lei Federal nº 12.288/2010. Estatuto Estadual da Igualdade Racial - Lei Estadual nº 13.694/2011. Constituição Federal de 1988: Princípios fundamentais da Constituição da República. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Nacionalidade. Direitos Políticos. Da organização PolíticoAdministrativa. Secretaria Municipal de Ordem Pública da União. Dos Estados Federados. Dos Municípios. Normas Constitucionais relativas a Administração Pública e ao Servidor Público Princípios Constitucionais da Administração Pública. Princípios constitucionais de natureza ética: moralidade, impessoalidade, probidade, motivação e publicidade. Organização dos Poderes. Da Segurança Pública. Dos poderes Administrativos, Lei de improbidade Administrativa - Lei Federal nº 8.429/1992. Direitos Humanos e Cidadania – Lei complementar municipal 235. Código de Posturas do município de Porto Alegre - Lei complementar nº 12/75. Estatuto do Servidor do Município de Porto Alegre - Lei Complementar Municipal nº 133/1985. Plano de Carreira dos funcionários da administração centralizada do município - Lei nº 6309/88. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – Lei Complementar Municipal nº 487/2002. Lei Orgânica do município de Porto Alegre.

**DIREITO PENAL** - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90. Estatuto do Idoso – Lei nº 10741/2003. Lei Maria da Penha – Lei nº 11340/06. Direito Penal: do tipo penal: a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade. Das penas. Dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a saúde pública e contra a administração pública. Decreto-Lei nº 2848/40. Lei de Contravenções Penais – Decreto-Lei nº 3688/41. Lei de Execução Penal – Lei nº 7210/84 e Lei nº 14326/22. Lei do Abuso de Autoridade - Lei nº 13.869/2019. Lei antidrogas - LEI Nº 11.343/2006. Sistema Nacional de Armas - Lei nº 10.826/2003. Estatuto do Desarmamento-Lei 10826/03. **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL** - Estatuto Geral das Guardas Municipais – Lei nº 13.022/2014. Gestão integrada de fiscalização e segurança urbana - **Decreto nº 16.315/2009** e Lei complementar nº 832/2018. Videomonitoramento: função, atribuição, competência da guarda municipal. Lei municipal nº 12.395/2018. Sistema Único de Segurança Pública - Lei nº 13.675/2018. **DIREITO PROCESSUAL PENAL** - Lei dos Juizados Especiais Criminais - Lei nº 9099/95.

**1.2. LEIA-SE:**

**Programas de Prova:**

**DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL:** Estatuto Nacional da Igualdade Racial - Lei Federal nº 12.288/2010. Estatuto Estadual da Igualdade Racial - Lei Estadual nº 13.694/2011. Constituição Federal de 1988: Princípios fundamentais da Constituição da República. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Nacionalidade. Direitos Políticos. Da organização PolíticoAdministrativa. Secretaria Municipal de Ordem Pública da União. Dos Estados Federados. Dos Municípios. Normas Constitucionais relativas a Administração Pública e ao Servidor Público Princípios Constitucionais da Administração Pública. Princípios constitucionais de natureza ética: moralidade, impessoalidade, probidade, motivação e publicidade. Organização dos Poderes. Da Segurança Pública. Dos poderes Administrativos, Lei de improbidade Administrativa - Lei Federal nº 8.429/1992. Direitos Humanos e Cidadania – Lei complementar municipal 235. Código de



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMONIO**

**EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP**

Posturas do município de Porto Alegre - Lei complementar nº 12/75. Estatuto do Servidor do Município de Porto Alegre - Lei Complementar Municipal nº 133/1985. Plano de Carreira dos funcionários da administração centralizada do município - Lei nº 6309/88. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – Lei Complementar Municipal nº 478/2002. Lei Orgânica do município de Porto Alegre.

**DIREITO PENAL** - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90. Estatuto do Idoso – Lei nº 10741/2003. Lei Maria da Penha – Lei nº 11340/06. Direito Penal: do tipo penal: a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade. Das penas. Dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a saúde pública e contra a administração pública. Decreto-Lei nº 2848/40. Lei de Contravenções Penais – Decreto-Lei nº 3688/41. Lei de Execução Penal – Lei nº 7210/84 e Lei nº 14326/22. Lei do Abuso de Autoridade - Lei nº 13.869/2019. Lei antidrogas - LEI Nº 11.343/2006. Sistema Nacional de Armas - Lei nº 10.826/2003. Estatuto do Desarmamento-Lei 10826/03. **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL** - Estatuto Geral das Guardas Municipais – Lei nº 13.022/2014. Gestão integrada de fiscalização e segurança urbana - **Decreto nº 16.315/2009** e Lei complementar nº 832/2018. Videomonitoramento: função, atribuição, competência da guarda municipal. Lei municipal nº 12.395/2018. Sistema Único de Segurança Pública - Lei nº 13.675/2018. **DIREITO PROCESSUAL PENAL** - Lei dos Juizados Especiais Criminais - Lei nº 9099/95.